

REVISTA MARACANAN

Apresentação

Cultura escrita - conhecimento e poder: duas faces da mesma moeda?

Mesmo que não sejamos exclusivamente uma sociedade baseada na cultura escrita e embora tenha perdurado no Brasil uma forte tradição oral, resultante do persistente alto índice de analfabetismo – estimado em 82,3% da população no primeiro censo oficial realizado em 1872 e ainda parte do cenário nacional no ano 2000, registrando a marca de 16,7%¹ –, já foi extensivamente demonstrado pelos estudos historiográficos o papel crucial exercido pela escrita, seja ela manuscrita ou impressa, no processo de construção do Brasil. Ademais, sua produção, assim como o seu posterior arquivamento possibilitaram aos historiadores do século XX expandir suas indagações acerca de diversos objetos, acompanhando de perto a produção historiográfica mundial, principalmente a partir dos anos 1970, quando se iniciou a expansão dos programas de pós-graduação no país.

Assim, se por um lado os manuscritos, atualmente tomados como fontes históricas, têm sido crescentemente explorados e problematizados pelos historiadores dedicados ao período anterior à permissão oficial para a instalação de tipografias no Brasil (entre 1808 e 1820), também os impressos produzidos em território nacional, a partir do Oitocentos, têm sido alvo crescente de investigações. Ademais, foi ao longo do século XIX que a palavra (então impressa), no Brasil, conseguiu alçar uma *mentalidade abstrata*² que lhe conferiria legitimidade, permitindo-lhe ocupar um lugar estratégico nesta sociedade. Além do mais, a produção de conhecimento, enquanto base de uma cultura fortemente influenciada por uma mentalidade iluminista³ – perpassada pela cultura escrita –, passou a ocupar um papel central também no Brasil a partir do XIX, com o efervescente processo de criação de instituições como museus, faculdades, bibliotecas e etc.

¹ É importante destacar que somente no Censo de 1960 foi registrado um índice de analfabetismo inferior a 50%, perfazendo 46,7% da sociedade brasileira.

² BARBOSA, Marialva. *A história cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

³ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa como uma empresa educativa do século XIX. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.104, p.144-161, jul. 1998.

Para uma visão mais geral sobre o conhecimento ver: BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Tanto através de instituições forjadas pelo Estado, como por meio de iniciativas particulares de cunho comercial – a exemplo das casas tipográficas e livrarias – foi se construindo um ambiente crescentemente familiar a essa cultura escrita, conhecida pela população diretamente ou indiretamente, “por ler, ouvir ler ou ouvir falar”. Pois, como destaca Marialva Barbosa, mesmo aqueles indivíduos analfabetos faziam parte do mesmo universo comunicacional dos letrados, através de um imbricamento entre o oral e o escrito.

De forma geral, como asseveram autores dedicados à história do livro e da leitura, como Robert Darnton e Roger Chartier, foi “revolucionário” o impacto da invenção de Gutenberg para a cultura escrita nas sociedades ocidentais. A impressão, ao possibilitar a reprodução, cada vez mais eficiente e barata, de vários exemplares idênticos ao mesmo tempo, possibilitou uma aceleração do processo de circulação de ideias nacional e internacionalmente. Processo que se intensificou com a agilização dos transportes terrestres e marítimos no século XIX. As novas tecnologias tipográficas e de transportes possibilitaram, portanto, uma intensificação das trocas de informações e conhecimentos entre intelectuais e cientistas de diferentes países do hemisfério.

Ao mesmo tempo, a cultura escrita adquiria, paulatinamente, mais importância nas dinâmicas societárias de poder, associadas ao desenvolvimento científico, cultural, político e econômico. Cultura escrita, conhecimento e poder passaram a constituir “faces de uma mesma moeda”, faces em constante interação e sobreposição com diferentes resultantes de acordo com os variados atores e contextos em questão.

Tendo em vista as questões sumariamente apresentadas, vamos tratar dos artigos que compõem a Edição nº 16 da *Revista Maracanan*, cujo tema proposto para o dossiê foi *Cultura escrita em perspectiva*. Pretendíamos com esta chamada reunir trabalhos inéditos, resultantes de pesquisas que versassem sobre a cultura escrita em suas mais diversificadas manifestações, focando em manuscritos ou impressos, e com atenção para as correlações entre a cultura escrita e a política, a cultura, a economia e a ciência, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos.

Na atual edição conseguimos reunir, após rodadas de avaliações dos textos submetidos à pareceristas *ad hoc*, 14 artigos, sendo: 7 pertencentes ao *Dossiê*, 3 à seção de artigos livres, 2 notas de pesquisa e 2 resenhas.

Abrindo o dossiê, trazemos o artigo do historiador **Ronaldo Vainfas** que apresenta um balanço historiográfico de uma produção bibliográfica nacional sobre a colonização do Brasil, em especial sobre o período filipino (1580-1640), abarcando obras clássicas de autores como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (entre outros), até pesquisas universitárias mais recentes. Intentando “reforçar a importância do estudo da colonização no período filipino como *problema* de investigação relevante e não apenas como acidente de percurso cronológico”,

argumenta se tratar de um período histórico crucial, devido à relevante inflexão produzida pela governação filipina na formação colonial do Brasil com a introdução do “exclusivo comercial”. O artigo oferece panorama completo e atualizado para todos aqueles que intentam enveredar por essa temática, além de apresentar as premissas defendidas por um historiador bastante experiente e premiado, autor de livros e artigos sobre a história ibérica e ibero-americana na época moderna.

O segundo artigo, de autoria de **Maria Cristina Bohn Martins**, intitulado *Cultura escrita e projetos coloniais: “A Descrição da Patagônia” de Thomas Falkner*, apresenta uma análise sobre um manuscrito produzido pelo jesuíta Thomas Falkner, acerca de um período de quase 40 anos em que morou na região do Rio da Prata, em especial nos territórios da Pampa-Patagônia da atual República Argentina. O livro analisado, publicado em 1774, a partir deste relato, apresentava um “quadro de informações inéditas ao público europeu, especialmente inglês, sobre territórios que mesmo os espanhóis pouco conheciam”. Martins destaca a singularidade deste texto em comparação aos produzidos contemporaneamente por religiosos jesuítas (interessados no trabalho de evangelização dos nativos). Falkner veio para a América comissionado pela Royal Society de Londres, como os viajantes naturalistas típicos de sua época e seu interesse era decodificar o mundo a partir da ciência, não rememorar o trabalho missionário dele e de seus colegas. A contribuição da autora vai, no entanto, além de uma análise dos aspectos que perfazem a obra, já que ele atenta para questões relacionadas à sua edição, publicação e recepção, se constituindo como um bom exercício de aplicação de uma metodologia bem embasada nos debates concernentes ao campo da história do livro e da leitura.

O artigo de **Felipe Cittolin Abal**, *O Relato como vingança: as memórias de Stanislaw Szmajzner*, consiste numa análise do livro *Inferno em Sobibor: a tragédia de um adolescente judeu* de Stanislaw Szmajzner, escrito por um ex-prisioneiro do campo de extermínio de Sobibor na Polônia que, posteriormente, passou a residir no Brasil onde publicou suas memórias. A escrita e a publicação desta obra autobiográfica, escrita por um sobrevivente sobre os horrores dos campos de concentração nazista, evidenciam, para Abal, o desejo do autor de imortalizar-se como um herói e vítima dos horrores nazistas. A publicação de suas memórias atenderia ao seu sentimento de vingança frente às humilhações e agressões sofridas, ao passo que pretendia servir como uma lição, um alerta para que os horrores não mais se repetissem. Ao que conclui que Szmajzner teria feito um bom uso dos abusos da memória, ao fazer de seu livro uma forma de buscar justiça ao genocídio cometido contra os judeus. Apesar de se tratar de um tema denso, o autor busca aporte em uma extensa discussão bibliográfica acerca da escrita autobiográfica para analisar a obra em questão, problematizando-a.

Saindo das fronteiras nacionais, trazemos a pesquisa de **Madalina Elena Florescu**. As autobiografias também são o seu tema no artigo *“Autobiografias angolanas”*: um gênero em

questão. A autora desenvolve um interessante esforço de debate teórico e metodológico com foco nas potencialidades e problemáticas associadas à análise de memórias autobiográficas angolanas. O ponto fulcral de sua proposta consiste na utilização da metáfora do “palimpsesto” para pensar a textualidade como uma forma de memória. Tal metáfora, segundo Florecu, busca evitar os “guetos etnolinguísticos ou etnográficos” dos discursos nativista ou pós-colonial. Além de apresentar relevante contribuição concernente ao debate sobre a produção e análise de memórias históricas, memórias autobiográficas e biografias, a autora mergulha em um estudo de caso através da análise da obra intitulada *Minhas origens e aprendizagem: uma autobiografia*, do cardeal angolano Alexandre do Nascimento, publicada pela imprensa do governo de Angola em 2006.

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior, em *Memórias de um pornógrafo: a revista Hustler, liberdade de expressão e a política nos Estados Unidos (1970 – 1980)*, analisa as memórias do polêmico Larry Flint, fundador e editor-chefe da *Hustler magazine*, sobre o período de lançamento e consolidação da revista no mercado pornográfico norte-americano nos anos 1970-1980. Enfatiza, por outro lado, a sua atuação na revista como um meio de atuação política e cultural estadunidense, haja vista que Flint alcançou, nos anos 1990, o *status* de militante pela defesa da liberdade de expressão e imprensa nos Estados Unidos. Suas conturbadas memórias evidenciam como mesclou a luta pela liberdade de expressão e de imprensa com *business*, passando por diversas polêmicas, processos judiciais e até mesmo por um atentado à bala que o deixou numa cadeira de rodas.

Fernando Cezar Ripe e **Giana Lange Do Amaral** analisam um conjunto de obras publicadas em Portugal (de fins do XVII ao XVIII) que tratavam dos cuidados relativos à infância, no artigo intitulado *O dispositivo da cultura escrita na constituição do sujeito infantil moderno: evidências em impressos portugueses do século XVIII*. A partir do arcabouço teórico construído por Michel Foucault, defendem que “foi somente com a modernidade que a população se tornou objeto tanto de interesse de diferentes campos do saber como de gerenciamento do Estado”. Tal interesse se traduziria, pois, pela utilização de impressos como dispositivos estratégicos de busca de homogeneização dos comportamentos da sociedade portuguesa no que concernia às questões morais, religiosas e políticas. Tais dispositivos são legitimados, segundos os autores, por uma extensa lista de publicações que colocavam as crianças como alvos de cuidados, proteção e educação a serem implementados por uma sociedade paulatinamente pautada por códigos disciplinares.

Fechando o dossiê, trazemos o artigo de **Antônio Sérgio Pontes Aguiar** e **Ruben Maciel Franklin**, intitulado *Romantismo nos trópicos: motivos literários no Brasil Oitocentista*. O texto apresenta o resultado de reflexões acerca da emergência do romantismo no Brasil, a partir dos debates promovidos por romancistas e críticos ao longo do século XIX. Analisam, assim, as principais obras lançadas no Oitocentos, visando compreender o romantismo como um movimento literário e artístico que trouxe à tona uma série de questões concernentes à

afirmação de uma identidade nacional, num contexto de afirmação da Nação recém-independente.

Iniciamos a seção de artigos livres com o texto de **Carlos Augusto Bastos** intitulado *Demarcações e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c.1780-c.1790)*. Com ele, retornamos ao tema das disputas entre Portugal e Espanha, agora no tocante à demarcação das fronteiras ultramarinas, no século XVIII. Na América do Sul, conforme destaca Bastos, a Amazônia figurava como uma das áreas de conflitos fronteiriços entre as duas coroas ibéricas e as demarcações de limites realizadas na região pelas comissões demarcadoras, entre 1780-1790, procuraram definir as soberanias territoriais hispano-portuguesas, assim como viabilizaram diferentes formas de circulação na região de fronteira. Neste âmbito, são exploradas pelo autor, as relações permeadas por tensões e auxílios, aproximações e desconfianças, alianças e competições entre as comissões demarcadoras de Portugal e Espanha que, ao mesmo tempo em que cumpriam seus trabalhos de demarcação (com vistas ao controle de áreas confinantes), alimentavam interações e circulações nessa região do continente.

Henrique Pinheiro Costa Gaio, em *Entre passado e futuro: pessimismo e ruína em Retrato do Brasil de Paulo Prado*, volta suas atenções para a obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), em especial ao seu *Post-Scriptum*. O autor propõe um novo olhar sobre esse clássico, pois considera equivocada a leitura corrente que enfatiza somente o aspecto pessimista de sua interpretação do Brasil. Assim, considerando o seu *Post-Scriptum* argumenta que neste texto Paulo Prado muda a sua postura frente a um passado pouco edificante apresentado em *Retrato do Brasil*, revelando uma “disposição combativa que visa romper com o peso do passado e com o que acredita ser o equivocado desenrolar da história nacional”.

O trabalho de **Gustavo Granado**, *A Ascensão da Extrema-direita na França*, é o terceiro e último texto da seção de artigos livres. Nele, o autor analisa o fortalecimento da Frente Nacional (partido de extrema-direita francês), principalmente após a posse de François Hollande. Partindo de sua fundação em 1972, quando surgiu como um partido político “cuja ideologia era lutar contra a imigração, internalização da economia e a valorização constante do nacionalismo francês”, vai demonstrando como que, mesmo de forma tímida, o partido foi ganhando representatividade no cenário nacional a ponto de se tornar um partido político temido pelos partidos tradicionais a partir de 2014.

Entre as notas de pesquisa temos os artigos de **Raphael Silva Fagundes** e **Mariana Albuquerque Gomes**. Fagundes, em *Uma nação fundada com lágrimas: uma análise da retórica nas cerimônias fúnebres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1848)*, analisa a estratégia retórica utilizada por membros do IHGB “para a promoção de um projeto político que visava à construção de uma identidade nacional una e indivisa”. Centrando-se na

Revista do IHGB, distribuída em diversas províncias do Império do Brasil, analisa os discursos fúnebres, argumentando que eles se constituíam como um investimento numa retórica ligada às emoções. Assim, pretendiam construir um discurso unívoco, face à possibilidade de dispersão, enfatizando uma retórica da nacionalidade que procurava forjar a existência da nação com base na figura de “brasileiros” exemplares, ali alçados a representantes da nação.

Mariana Gomes, por outro lado, propõe compreender as experiências estéticas simbolistas que pensaram o corpo no final do século XIX, no Brasil. Em *Pierrot, entre risos e zombarias: notas sobre a tendência coloquial-irônica das experiências estéticas simbolistas*, a autora apresenta resultados parciais de uma análise centrada no hebdomadário literário e ilustrado *Pierrot*, publicado no Rio de Janeiro a partir de 1890. *Pierrot*, segundo a autora, “apresentava uma proposta de crítica irônica e irreverente, valendo-se dos temas do cotidiano, da oralidade e dos signos da cultura popular como motes de zombaria e sátira” o que fazia com que suas matérias reverberassem em outras publicações como *A Tribuna*, *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*. Destaca, assim, a importância da independência desta publicação que não contava com vínculos institucionais, anúncios ou formas de financiamento, para a atuação autônoma tão fundamental para os escritores simbolistas do período.

Encerram a edição as resenhas dos livros de Robert Darnton, *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura* (2016), e de Emília Salvado Borges, *A Guerra da Restauração no Baixo-Alentejo* (2015), respectivamente de autoria de **Fabiano Cataldo de Azevedo** e **Luiz Felipe Vieira Ferrão**.

Não poderíamos dar por encerrada esta apresentação sem antes nos manifestar sobre a grave crise pela qual passa a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A Universidade é, sem dúvida, o corolário de uma sociedade pautada pela cultura escrita. Ela é a base de toda a produção e divulgação acadêmica. É através da escrita que trazemos à tona as pesquisas que desenvolvemos na Universidade, tornando-as públicas e por isso, passíveis de serem incorporadas pela sociedade. É também a cultura escrita a base do ensino e da extensão de toda Universidade. Portanto, tratar dessa cultura escrita em um momento de completo descaso com uma Universidade como a UERJ nos faz refletir sobre a importância, ou melhor, sobre a falta de importância conferida pela sociedade ao ensino e à pesquisa no nosso país, no atual contexto político e econômico. Esta é, com certeza, uma oportunidade de refletirmos sobre a importância desse conhecimento construído nas fronteiras universitárias e sobre a relação que o poder estabelece com esse conhecimento.

As condições em que essa edição vem ao ar são deploráveis. Salários e bolsas de professores e estudantes envolvidos atrasados, além de uma estrutura física completamente sucateada pela falta de interesse do poder público pela manutenção deste espaço de excelência em ensino, pesquisa e extensão.

A capa, com detalhes pretos, é a expressão do sentimento de luto compartilhado pela comunidade acadêmica neste triste momento. A publicação desta revista um ato de resistência. Mas até quando isso será possível?

Monique de Siqueira Gonçalves

Tânia Bessone

Monique de Siqueira Gonçalves: Doutora em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) e atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, como bolsista Nota 10 FAPERJ.

Tânia Bessone: Doutora em História pela USP, professora Associada da UERJ/IFCH/Departamento de História, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, Procientista, Pesquisadora Bolsista do CNPq, sócia Honorária do IHGB.